

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 - FMS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020 - FMS CONTRATO Nº 155/2020 - CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS E DO OUTRO A EMPRESA COMERCIAL SÃO JOSÉ - COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARAM:

Pelo presente instrumento público de contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE GARANHUNS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Caruaru, s/n, Heliópolis, nesta Cidade, inscrita no CNPJ nº 10.782.874/0001-00, neste ato representada pelo Secretário Interino de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente o Sr. Robson dos Santos Vasconcelos, Nomeado por Meio da Portaria Nº 386/2020-GP. brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Frei Henrique de Coimbra, Nº 327, Bairro: Aloísio Pinto, Garanhuns/PE, CEP: 55.292-120, portador da Cédula de Identidade N° 7488864 - SDS/PE e CPF N° 064.366.214-66 e do outro lado a empresa COMERCIAL SÃO JOSÉ - COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME, estabelecida na rua Viana do Castelo, Nº 1200, Bairro: São Francisco, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.255-160, inscrita no CNPJ sob o nº 24.540.648/0001-19, E-mail: vendas@comercialsaojose.com.br, FONE: 31 - 3243-0757, neste ato representada por seu Titular, o Sr. Helder Majella Nogueira, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Castelo de Arraiolos, nº 34, Bairro: Castelo, belo Horizonte/MG, CEP: 31.330-070, inscrito no CPF sob o nº 374.764.676-04 e RG sob nº M-3.332.932 - SSP/MG, doravante denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, consoante a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, do Processo Licitatório nº 010/2020 - FMS, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2020 - FMS, nos termos da proposta apresentada, têm por mútuo consenso, através do presente instrumento, contratado definitivamente o que a seguir declaram:

DO OBJETO E DOS PREÇOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto o a contratação de empresa, para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos funcionários e servidores das Unidades da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente nas atividades e ações no enfrentamento a pandemia da COVID-19, referente ao item 03.

> PARÁGRAFO ÚNICO - O contratado fica obrigado a fornecer os itens constantes nos respectivos lotes da tabela abaixo, na forma estabelecida no edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 010/2020 - FMS, o(s) qual(is) foi vencedor pelo critério de menor preço

	EPIs - Exclusiva							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	Valores			
					Unit. (R\$)	Total (R\$)		
03	Protetor facial, constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca e visor de policarbonato incolor (bolha), com cerca de 215 mm de largura e 220 mm de altura. O visor é preso à coroa por meio pinos plásticos e a carneira é presa à coroa através de dois parafusos	CSJ – MARCA PRÓPRIA	Unid.	30	R\$ 7,80	R\$ 234,00		

Página 1 de 5

COMERCIAL SAO JOSE
COMERCIO
COMERCIO
DISTRIBUICAO E
PRESTA:24540648000119
PAGOS: 2020.08.28 13:00:19 -03'00

Robson dos Sante Secretario Interino de Desenvolvio Rural e Meio Ambiente Portaria 386/2020



plásticos; nos termos das	
normas técnicas ANSI/ISEA	
Z87.1-2015.	

CLÁUSULA SEGUNDA - Considerando os e itens descritos na tabela constante no Parágrafo Único, da Cláusula Primeira, fica o valor global deste contrato em R\$ 234,00 (Duzentos e trinta e quatro reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo Contratual, para o fornecimento deste contrato, será de 06 (Seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93 (caso necessário).

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, solicitados através da cada Ordem de Fornecimento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pela secretaria de saúde de Garanhuns/PE, com recibo em anexo.

CLÁUSULA QUINTA - A Nota Fiscal/Fatura da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

CLÁUSULA SEXTA - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA SETIMA - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA OITAVA - A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

CLÁUSULA NONA - A contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO LOCAL E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os produtos serão conferidos e achados irregulares, apresentando inconformidades e/ou que deixe de atender ao que foi especificado neste Contrato, serão devolvidos à empresa, que terá o prazo de 02 (dois) dias para substituir os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A entrega do objeto licitado deverá ser realizada no ALMOXARIFADO Central, situado na Avenida Irga - 1248 - Distrito Industrial - PE 177, tendo como horário para entrega, das 08h ás 13h.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os produtos serão conferidos e, se achados irregulares, serão devolvidos à empresa, que terá o prazo de 02 (dois) dias para substituir os produtos rejeitados e/ou que apresentarem defeito ou que deixe de atender ao que foi especificado neste contrato, instrumento convocatório e termo de referência.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os recursos necessários para o fornecimento objeto deste Contrato serão provenientes do orçamento geral do município, na seguinte classificação orçamentária:

2.03	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
02.03.02	Apoio Administrativo
2040	Manutenção das Atividades da Secretaria de Meio Ambiente
3.3.90.30.00	Material de consumo
001	Recursos Próprios

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer os produtos de acordo com as normas previstas neste Contrato, bem como no instrumento convocatório e anexos;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida neste Contrato, bem como no Instrumento convocatório e seus anexos:
- c) Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos e/ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 4-l, da Medida Provisória 926 de Marco de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento objeto deste Contrato, bem como do instrumento convocatório e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos;
- c) Paralisar ou suspender a qualquer tempo o fornecimento dos produtos, de forma parcial ou total, sempre que houver descumprimento das normas preestabelecidas neste Contrato, instrumento convocatório e seus anexos.

REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômicofinanceiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

DAS ALTERAÇÕES, ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 50% (Cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em atendimento ao artigo 4-l, da Lei Federal 14.35/2020.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do Art. 65 da Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor previsto no presente instrumento para contratação e, ainda poderá ficar impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções da bíveis,
Página 3 de 5

COMERCIAL SAO

Assinado de forma digital

Robson dos Santos Vairento

Robson dos Desenvolvimento

Página 3 de 5

COMERCIAL SAO JOSE COMERCIO **DISTRIBUICAO E**

por COMERCIAL SAO JOSE COMERCIO DISTRIBUICAO E PRESTA:24540648000119 PRESTA:24540648000 Dados: 2020.08.28 13:01:05 -03'00'

3 ecretario Interino de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Portaria 386/2020



enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, no licitante que;

- a) Ensejar retardamento da realização do certame;
- b) Cometer fraude fiscal;
- c) Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame;
- d) Apresentar documento ou declaração falsa;
- e) Não mantiver a proposta de preços;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Falhar ou fraudar a execução do contato; e
- h) Descumprir prazos

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA— aplicar-se-ão as sanções descritas no subitem anterior quando a empresa deixar de assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da contratante, que poderá ser efetuada por meio de contato telefônico, envio de fax ou de e-mail, ou qualquer meio hábil.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei 8.666/93 c/c/ art. 7º da Lei 10.520/2002, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,2 (dois décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total ou da parcela não entregue, o descumprimento das obrigações assumidas até o 30º trigésimo dia;
- Multa de 0,5 (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), sobre o valor total, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- d) Multa indenizatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total, no descumprimento das obrigações assumidas;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 d lei 8.666/93;
- g) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
- h) As demais sanções poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- i) A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou pagamento eventualmente devido a contratante ou ainda quando for o caso, cobrada judicialmente;



As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante.

CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas às disposições deste Contrato e da Lei Nº 8.666/93, notadamente nos arts. 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas em Lei e neste instrumento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- O Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2020 - FMS e seus anexos fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - As partes elegeram o foro da Comarca de Garanhuns/PE, excluindose qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 04 (quatro) vias de igual teor.

Garanhuns, 27 de Agosto de 2020.

Robson dos Santos Vasconcelos ecretário Interino de Desenvolvimento

MUNICIPIO DE GARDENHUNS CNPJ NO 14:303.8006.02001-00 **ROBSON DOS SANTOS VASCONCELOS** CPF Nº 064.366.214-66 SECRETÁRIO INTERINO DE DESENVOLVIMENTO **RURAL E MEIO AMBIENTE**

> COMFRCIAL SAO JOSE COMERCIO

CONTRATADA: DISTRIBUICAO E

por COMERCIAL SAO JOSE PRESTA:24540648000 Dados: 2020.08.28 13:02:05

COMERCIO DISTRIBUICAO E PRESTA:24540648000119

Assinado de forma digital

COMERCIAL SÃO JOSÉ - COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME CNPJ Nº 24.540.648/0001-19 **HELDER MAJELLA NOGUEIRA** CPF Nº 374.764.676-04 REPRESENTANTE LEGAL